



redacao@jornalpequeno.com.br | www.jornalpequeno.com.br

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. | CNPJ/MF nº 09.347.229/0001-71

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:
 Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
 Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros *impairment*. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.
 A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
 Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e o desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
 Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.8.3 Desreconhecimento:**
(a) Ativos financeiros: A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os termos das condições contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga (incluindo ativos transferidos que não transferem pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.8.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** As controladas Equatorial Telecomunicações e E-Nova mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: **Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e da natureza do risco da Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 25.4 - Instrumentos financeiros derivativos. **3.9 Capital social: 3.9.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, às custas de reservas e retenção de lucros. A emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com o montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para a vida inteira: **1** - Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; **2** - Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência) não é considerado significativo desde o reconhecimento inicial. **3** - Não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e **4** - Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 25.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros, para mais detalhes. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: **1** - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); **2** - As perdas de crédito esperadas excederem a vida inteira dos ativos esperados com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou **3** - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **3.10.2 Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro com "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **1** - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; **2** - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; **3** - Restituição de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; **4** - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **5** - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros com expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconheceram estimativa de perda para os ativos, como títulos do caixa a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.10.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** A controlada Equatorial Telecomunicações adota o modelo de provisão estimado em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*. **3.10.3 Ativos não financeiros:** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera e mantém o caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam impactar o valor recuperável de seu valor recuperável. Seis dos tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicadores de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.11 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e um estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(a) Provisões para casos judiciais:** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis:** **3.12.1 Novas normas, alterações e interpretações:** O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Prontuário Técnico CPC nº 50 Este Prontuário vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Prontuários Técnicos nº 20 Prontuários Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, resoluções e interpretações de CPC; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; and Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Prontuários Técnicos nº 21 Prontuários Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Prioridade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e a dedução de operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; CPC 48 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i> .	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

3.12.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
(a) CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de Venda e Arrendamento de um Ativo) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: <ul style="list-style-type: none"> • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações nos CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual. A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento
O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	140	117	3.775	1.097	-	-
Equivalentes de caixa (a)	-	-	-	-	1.618	-
Investimentos	-	-	-	-	889	-
Fundo de Investimento (Exclusivo)	-	-	230	107	50.586	-
Operações compromissadas	-	-	230	107	50.586	-
Total	140	117	3.775	1.097	51.693	-

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Circulante	41.708	15.360	54.807	21.398	30.717	34.297
Fundos de investimentos (Exclusivo)	990	774	990	774	-	-
Total	42.698	16.134	55.797	22.172	30.717	34.297

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	1.766	5.689	7.694	7.764	2.859	2.524
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	15	13	48	154	4.665	8.226
Outras contas a pagar	-	-	-	-	564	1.445
Total	1.781	5.702	7.742	7.918	5.229	4.075

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	6.721	24.105	3.457	10.930	12.977	43.006
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	6.576	17.199	1.871	10.894	5.208	15.815
Outras contas a pagar	5.931	27.174	-	-	1.480	5.577
Total	19.228	47.478	5.328	21.824	19.665	60.305

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	10	-	-	-	10	-
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	10	-	-	-	10	-
Total	20	-	-	-	20	-

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	609	1.140	-	-	571	1.186
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	609	1.140	-	-	571	1.186
Total	1.218	2.280	-	-	1.142	2.372

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	609	1.140	-	-	571	1.186
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	609	1.140	-	-	571	1.186
Total	1.218	2.280	-	-	1.142	2.372

5. Aplicações financeiras
 Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,53% do CDI (97,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Circulante	15.507	32.744	27.001	140.241	-	-
Fundos de investimentos (Exclusivo)	-	-	2.210	2.121	-	-
Total	15.507	32.744	29.211	142.362	-	-

6. Contas a receber de clientes
 Contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensurados a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e **4** - Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 25.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros, para mais detalhes. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: **1** - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); **2** - As perdas de crédito esperadas excederem a vida inteira dos ativos esperados com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou **3** - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **3.10.2 Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro com "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **1** - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; **2** - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; **3** - Restituição de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; **4** - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **5** - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros com expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconheceram estimativa de perda para os ativos, como títulos do caixa a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.10.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** A controlada Equatorial Telecomunicações adota o modelo de provisão estimado em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*. **3.10.3 Ativos não financeiros:** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera e mantém o caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam impactar o valor recuperável de seu valor recuperável. Seis dos tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicadores de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.11 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e um estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(a) Provisões para casos judiciais:** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis:** **3.12.1 Novas normas, alterações e interpretações:** O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Circulante	41.708	15.360	54.807	21.398	30.717	34.297
Fundos de investimentos (Exclusivo)	990	774	990	774	-	-
Total	42.698	16.134	55.797	22.172	30.717	34.297

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	1.766	5.689	7.694	7.764	2.859	2.524
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	15	13	48	154	4.665	8.226
Outras contas a pagar	-	-	-	-	564	1.445
Total	1.781	5.702	7.742	7.918	5.229	4.075

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	6.721	24.105	3.457	10.930	12.977	43.006
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	6.576	17.199	1.871	10.894	5.208	15.815
Outras contas a pagar	5.931	27.174	-	-	1.480	5.577
Total	19.228	47.478	5.328	21.824	19.665	60.305

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Empresas	10	-	-	-	10	-
Entidade é membro do mesmo grupo econômico	10	-	-	-	10	-
Total	20	-	-	-	20	-